



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640163 - SP (2021/0013616-0)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : ADRIANA FARIA DA SILVA  
**ADVOGADO** : ADRIANA FARIA DA SILVA - SP353909  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : REGINALDO ALMEIDA SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de REGINALDO ALMEIDA SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (ora impetrado) proferido em sede de agravo em execução, assim ementado (e-STJ fl. 44):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. Progressão ao regime aberto. Concessão. Recurso ministerial. Inteligência do art. 112, caput, da Lei de Execução Penal. Início do lapso temporal para progressão ao regime aberto quando preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo para o regime semiaberto. Hipótese em que pleitos anteriores para progressão ao regime intermediário foram indeferidos, sendo concedido o benefício somente no corrente ano. Requisito objetivo para o regime aberto não cumprido. Fase de execução da pena vigora princípio in dubio pro societate. Decisão cassada. Recurso provido.*

O paciente cumpre pena de 28 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, por crimes de homicídio qualificado.

A impetrante alega que, na oportunidade em que deferido o pedido de progressão para o regime semiaberto, o paciente já fazia jus ao regime aberto, tendo vista o preenchimento dos requisitos objetivo e subjetivo, necessários à concessão do benefício.

Salienta que "a data base para progressão de regime deve ser a data em que o sentenciado preenche o lapso temporal, independentemente da decisão judicial, tendo em vista seu caráter declaratório" (e-STJ fl. 5). Acrescenta que essa orientação encontra respaldo na mais recente jurisprudência desta Corte Superior acerca do tema.

Requer, em sede liminar e no mérito, a concessão da ordem, a fim de que seja cassado o acórdão impugnado e o paciente continue a cumprir pena em regime aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, o acórdão impugnado consignou, no que tange à data-base para obtenção do benefício, o seguinte (e-STJ fls. 45/46):

*In casu, o sentenciado cumpre pena de 28 anos de reclusão por crimes de homicídio qualificado.*

*Preenchido o lapso temporal para progressão ao regime intermediário e determinada a realização de exame criminológico, o sentenciado teve o benefício negado em outras oportunidades, vez que não satisfeito o requisito subjetivo. A progressão ao regime semiaberto, assim, só foi deferida posteriormente, em 13.02.2020, com o convencimento do MM. Juízo a quo que satisfeito o requisito subjetivo.*

*Com efeito a hipótese trazida a exame não se amolda ao decidido pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC 115.254. Isso porque, para a progressão de regime, o sentenciado deve preencher tanto o requisito objetivo quanto o subjetivo.*

*Desta forma, deve-se considerar como termo inicial para progressão ao regime aberto, a data em que o sentenciado preencheu ambos os requisitos estabelecidos no art. 112, da Lei de Execução Penal que, atente-se, não é a data do deferimento do benefício, mas, sim, a data em que preenchido o requisito subjetivo, qual seja, a data em que foi concluído o exame criminológico favorável.*

*Assim, deferida a benesse, o lapso inicial para a contagem de novo benefício deve retroagir à data em que o reeducando alcançou o direito à progressão. Ou seja, à data em que preencheu tanto o requisito objetivo quanto o subjetivo.*

Ao menos em juízo perfunctório, verifica-se que o entendimento adotado pela Corte de origem não destoa da jurisprudência do STJ no sentido de que a data inicial para progressão de regime deve ser aquela em que o reeducando preencheu os requisitos **objetivo e subjetivo** previstos no art. 112 da Lei de Execução Penal. Veja-se julgado nesse sentido:

*EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. PROGRESSÃO DE REGIME. DATA-BASE. IMPLEMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. DECISÃO DECLARATÓRIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.*

*I - A Terceira Seção desta Corte, nos termos do entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.*

*II - A Segunda Turma do col. Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 115.254/SP, firmou entendimento de que a decisão que concede a progressão de regime tem natureza declaratória e não constitutiva, razão pela qual o marco inicial para a progressão seguinte será a data em que o apenado preencher os requisitos legais e não aquela da decisão que concedeu ou do efetivo início da reprimenda no regime anterior.*

*III - Alinhando-se à novel orientação da col. Suprema*

*Corte, a Quinta Turma deste Tribunal Superior, no julgamento do AgRg no REsp n. 1.582.285/MS, passou a perfilar a orientação de que "a data inicial para progressão de regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no regime atual." IV - Dessa forma, verifica-se manifesta ilegalidade na decisão que fixa, como marco para a concessão de novos benefícios, a data em que foi deferida a progressão ao regime semiaberto.*

*Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar a r. decisão de 1º Grau e o v. acórdão combatido e determinar que o d. Juízo da Execução Penal observe, como data-base para futura progressão de regime, a do efetivo implemento dos requisitos objetivo e subjetivo, nos termos do art. 112 da LEP.*

*(HC n. 525.194/SP, relator Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, desembargador convocado do TJPE, Quinta Turma, DJe de 20/11/2019.)*

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência